

# SAGA DO FUTURO LINGÜÍSTICO

Aline Emilio

---

**RESUMO:** Apresentamos, em um primeiro momento, reflexões sobre o fazer científico, a partir de leituras realizadas sobre a polêmica formalismo vs funcionalismo. A seguir, apresentamos, através de alguns trabalhos, a viabilidade de diálogo entre modelos científicos diferentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epistemologia; Formalismo vs Funcionalismo; Diálogo.

**ABSTRACT:** We present, in a first moment, reflections about the scientific activity starting from readings about the polemic formalism vs functionalism. We proceed presenting hypothesis of a dialogue viability among different scientific models.

**KEY-WORDS:** Epistemology; Formalism vs Functionalism; Dialogue.

---

“... o processo pelo qual diferentes concepções se tornam indistintas aos olhos de uma época, a atividade evocada é a da conversação com uma pluralidade de vozes: os interlocutores dessa conversa não seguem um plano pré-determinado, não respeitam a marcação e não estão necessariamente sintonizados com o ponto de vista de seus interlocutores, mas conseguem, ainda assim, construir um consenso.”

(Ilari e Pires de Oliveira, 1991:100)

## Introdução<sup>1</sup>

Mais que para episódios zeligeanos, o final dos anos 80 e os anos 90 parecem favoráveis aos episódios galáticos de George Lucas, inspiradores do título e subtítulos deste trabalho, apenas por serem sugestivos. Assim, se o leitor espera a vitória do bem contra o mal ou vice-versa, adiantamos que este não será o ponto principal do enredo, mesmo conhecendo que a questão está repleta de “rounds”, conforme caracterização de Rajagopalan (1995, p. 25) sobre a polêmica funcionalismo e formalismo, debate conhecido no campo da lingüística pela adesão de vários autores: Tarallo (1986), Borges (1987, 1989, 1991), Votre e Naro (1989), Nascimento (1990), Dillinger (1991), Newmeyer (1992), Kato (1998), entre outros.

Rever esses artigos permitiu desenvolvermos algumas reflexões sobre a questão das incompatibilidades teóricas, construção do conhecimento e possibilidade de *diálogo*, no sentido de conversação entre modelos científicos. Esses aspectos são o objetivo deste trabalho, que tem seu desenvolvimento dividido em três episódios, sendo, o primeiro, constituído de reflexões epistemológicas; o segundo, versando sobre a relação entre Sociolingüística e Teoria gerativa; e o terceiro, em que teorias diferentes conversam entre si. A intenção geradora deste trabalho não é, portanto, ir muito além de uma reflexão mais geral sobre o fazer científico, viabilidade do diálogo e verificação dessa perspectiva por meio da demonstração de estudos atuais exemplares.

É interessante acrescentar que nossa opção pelo termo *diálogo* deveu-se ao fato de acreditarmos ser o mais adequado e sensato ao que pretendemos e, talvez, por ser capaz de evitar o desequilíbrio de humores gerado por outros termos, que tratam os modelos como “compatíveis”, “complementares”, “interdisciplinares”, “aproximáveis”, num certo sentido evocadores de algum desconforto, quando se trata da questão ideológica (pressupostos teóricos particulares envolvidos com valores político-sociais).

## Episódio I - Retorno à epistemologia

Importante para este início é lembrar que a única realidade a que o lingüista tem acesso direto são o texto (conjunto de palavras ou frases) e os julgamentos dos

---

<sup>1</sup> Meu apreço e agradecimento a Roberta Pires de Oliveira pelas sugestões de leitura e diálogo.

falantes, pois os mecanismos que estão na base da atividade humana da fala não lhe são dados à observação direta. Esse é o motivo, conforme Apresjan (1980), por que se criam modelos, dos quais será exigido comportamento semelhante ao do próprio objeto de estudo. A língua está entre os fenômenos cujas propriedades essenciais se reduzem às suas características funcionais ou estruturais, sendo importante a criação de modelos para estudo dessas características. Todo modelo, inclusive o lingüístico, deve ter poder explicativo, porque nele deverão estar contidas as propriedades de justificar fatos ou dados de experimentos realizados.

Assim, entendemos que sua função é a de predizer um comportamento do objeto antes desconhecido, e conseguir ser tanto mais explicativo quanto maior for o grau de concordância entre as predições e os dados experimentais. Um dos princípios que tem caracterizado a lingüística como disciplina científica consiste na necessidade de estabelecer uma seleção dos elementos da realidade a descrever e a construção de um modelo que os explique a contento.

Embora a linguagem possa ser descrita pelo físico, pelo fisiologista, pelo psicólogo, pelo sociólogo e por investigadores de outras áreas de estudo, a determinação de um ponto de vista que preceda a delimitação do objeto permite isolar uma abordagem propriamente lingüística e distingui-la das demais disciplinas, tornando a teoria da linguagem uma ciência autônoma. Na busca de um objeto de estudo bem delimitado e definido, surgem os paradigmas. Kuhn (1975, p. 13) refere-se a eles como “realizações científicas universalmente reconhecidas e que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência”.

Segundo Camacho (1994), o primeiro paradigma foi desencadeado pelas investigações filológicas comparativistas, no início do séc. XIX, sucedendo, com o advento dos neogramáticos e a sua concepção rigorosa de lei fonética, a primeira revolução na lingüística. A ruptura veio com a publicação do *Curso de lingüística geral* de Saussure (1916), no qual a linguagem é entendida como sistema de signos de natureza social, é demonstrada sua função primordial na comunicação humana, sua natureza dicotômica e opositiva, além de princípios fundamentais, como arbitrariedade do signo e natureza linear do significante. O estruturalismo rompe com o ponto de vista dos neogramáticos, na medida em que projeta um olhar descritivista sobre a linguagem, sendo, portanto, sincrônico.

Um novo marco, segundo Camacho (op.cit.), acontece com *Syntactic structures* (1957), projeto de uma teoria da estrutura sintática. O interesse pelo aspecto sintático decorre da própria concepção racionalista da teoria gerativa, que con-

sidera a linguagem, antes de mais nada, como a expressão do pensamento. Outro aspecto é o caráter recursivo das regras, finitas, mas que permitem gerar um conjunto infinito de sentenças. Com base nesse princípio, lembra Camacho, Chomsky negava que fosse tarefa da lingüística descrever um *corpus* que é, por definição, um conjunto finito de enunciados efetivamente produzidos. O único modo de representar esse caráter das línguas estaria na apreensão da competência intuitiva do falante-ouvinte, competência essa que se traduz pela capacidade que ele tem de emitir e compreender um número infinito de sentenças, grande parte das quais jamais pronunciou ou ouviu anteriormente.

Sobre o desenvolvimento e estabelecimento de paradigmas, Kuhn (op.cit.) é da opinião que o progresso científico não se dá pelo acúmulo de conhecimentos, e sim de forma descontinuada. Há, segundo ele, períodos de *ciência normal* e de *ciência extraordinária*. O primeiro é aquele em que o paradigma teórico serve de modelo à comunidade científica; o segundo é marcado pela crise do paradigma teórico acompanhado por tensão e convulsões que acabam determinando o rompimento com o modelo<sup>2</sup>. A mudança de um modelo para outro ocorre, portanto, por rupturas e não por continuidade. Seria, então, o caso de considerarmos que, se o modelo gerativista acentua a idéia de estrutura, não houve rompimento com o modelo antecessor. No entanto, nos diz Camacho (op.cit.) que, na implantação do paradigma gerativista, houve um aspecto político importante e que se ajusta à teoria Kuhniana de evolução científica: o combate ao estruturalismo no plano filosófico e ético. Além disso, para Kuhn as teorias científicas não são neutras, carregam uma visão de mundo, um modo particular, ideológico (em sentido amplo) de ver a realidade. Assim, as teorias consecutivas, na medida em que implicam visões distintas, não podem ser comparadas.

Para Borges (1991), as razões que levam Kuhn a reconhecer a incomensurabilidade entre teorias sucessivas (paradigmas) ligam-se ao desejo de oposição ao entendimento de que o que se altera na passagem de uma à outra é apenas a interpretação que os cientistas dão às observações de fatos fixados pela natureza ou pelo aparato perceptual humano. A idéia é de que a incomensurabilidade se efetiva pelo fato de paradigmas não poderem ser comparados objetiva e racionalmente, perdendo sua integridade, porque os objetos (os dados no mundo) não são os mesmos. Em outro texto, Borges (1989) já afirmava que, para Kuhn, as comparações entre teorias distintas e a tradução de uma teoria à outra só são possíveis do mesmo

---

<sup>2</sup> Na introdução de *A estrutura das revoluções científicas* de Kuhn (1975), o termo 'paradigma' tem significado mais amplo do que 'modelo', já que um mesmo paradigma comporta diferentes modelos. No entanto, na lingüística, os significados parecem muito próximos.

modo que as traduções e comparações entre línguas naturais são possíveis: encerrando alguma violência contra algum dos idiomas.

Se, para Kuhn, a mudança científica ocorre por ruptura e não por continuidade, para Feyerabend a ciência só progride “pela discussão crítica de visões alternativas”. A essas posições podemos somar a de Lakatos (1978), para quem o desejável é que haja teorias em competição. Assim, para Borges (1987:90), “a história da ciência não é a história de teorias sucessivas, mas de teorias concorrentes”. Esses argumentos parecem, à primeira vista, deixar espaço mínimo para aventar a possibilidade de teorias conversando entre si.

Entretanto, Ilari e Pires de Oliveira (1991), através de *Uma leitura Semântica de Ludwig Fleck*, oferecem uma visão diferenciada e, diríamos, também curiosa, das anteriores sobre a questão da relação entre modelos científicos, tendo em vista a informação dos autores de que Fleck exerceu alguma influência em Kuhn e foi citado por Feyerabend. A maneira de pensar o fazer científico de Fleck torna palpável a verificação de quais são os passos efetivados em um caminhar científico, excluindo a idéia de que para se dar um novo passo há necessidade de gerar conflito com o passo anteriormente dado.

Sobre a atitude do(s) cientista (s), percebemos uma crítica sutil por parte de Fleck ao confirmar que uma tendência forte, ao se fazer ciência, é manter uma inflexibilidade, como se a ciência não fosse passível de equívocos. Nada, diz ele, é mais raro em ciência do que a disposição para abandonar uma tese porque um experimento a contradiz: a tendência é preservar as opiniões estabelecidas contra tudo o que as perturba: é a “tenacidade do sistema de opiniões” (Kuhn diz o mesmo sobre os paradigmas), que se articula em cinco teses: contradições ao sistema parecem impensáveis; o que não combina permanece não visto; se visto é mantido em segredo; fazem-se esforços para incorporar exceções; dá-se realce aos fatos que combinam com o sistema, não aos que o contradizem.

A postura irreduzível do(s) cientista(s) nos remete a uma inferência de Rajagopalan que se aproxima, nesse particular, das idéias de Feyerabend e Kuhn: “Quando submetida a uma análise, toda a comunidade científica revela-se repleta de contradições e lutas incessantes pelo poder e prestígio. Ignorar tais condições e conflitos de interesses apenas contribui para que continuemos procurando soluções epistemológicas para problemas sociológicos”. (op.cit., p. 28).

Esses conflitos ajudam, também, a compreender porque o avanço da ciência não se atribui a um indivíduo, mas a uma individualidade conceitualizada, dependen-

te de fatores socioculturais e que, segundo Fleck, atribui-se à *mudança no estilo de pensamento dominante e a “ganhos de experiência”*, experiência essa entendida como: “um complexo estado de treinamento intelectual baseado na interação entre quem conhece, aquilo que ele já conhece e aquilo que ele terá que aprender (...)” (cf. Ilari e Pires de Oliveira, op. cit., p.88). Desse modo, um fato científico surge na busca por diminuir a inexactidão. Primeiro, há um sinal de resistência num pensamento inicial caótico, então surge uma clara imposição ao pensar e, finalmente, uma forma passa a ser percebida.

“Alguém descobre algo num determinado estilo de pensamento, numa determinada coletividade de pensamento”.

(Ilari e Pires de Oliveira, op.cit.:90)

A iniciação é ritualística, não lógica. Conforme os autores, conhecer para Fleck é adotar pré-condições de um estilo dominante e, com elas, ir aos fatos. Isso depende de uma comunicação, que nunca ocorre sem uma transformação; ao invés disso, ela sempre envolve uma modelagem estilística que, intracoletivamente, alcança a corroboração e que, intercoletivamente, permite alteração fundamental. É nos momentos de passagem de um estilo para outro que se oferecem novas possibilidades para a descoberta e a criação de fatos novos.

A questão fundamental nessa epistemologia, para Ilari e Pires de Oliveira (op. cit.), não é optar entre acumulação e revolução, ou entre continuidade e ruptura, *é identificar a objetividade científica salvaguardando a possibilidade de uma teoria do conhecimento não-dogmática*. Pensar a objetividade científica em tal condição descerra espaço para o *diálogo* entre modelos, pois, a nosso ver, é na soma de experiência proveniente da conversa em que os conceitos vão circular, modificando-se e permitindo ver algo novo, que se devem buscar avanços para a ciência da linguagem, os quais pretendem amalgamar aspectos formais e funcionais. A comunicação é essencial ao conhecimento e ela sempre envolve mudanças e traduções. Pires de Oliveira (1999:15) acredita que “... há sempre a possibilidade de tradução, mesmo que ela signifique alterações porque, embora os sistemas de medição não sejam idênticos, é possível entendê-los a partir do nosso próprio sistema”. É no diálogo de nossa hipótese sobre a hipótese do outro que se amplia nosso horizonte de conhecimento, motivo suficiente para existência de pesquisas com entrecruzamento de falas, as quais vêm alterando, paulatinamente, um estilo dominante de pensamento: o de que as análises lingüísticas devem restringir-se ou aos aspectos estruturais ou àqueles funcionais, já que ver a possibilidade de diálogo entre modelos parece implicar básica-

mente em desconhecimento de que os pressupostos subjacentes a cada um são completamente distintos.

Como a idéia é de que pode haver conversa e de que essa é mais interessante se os cientistas sabem que seus pressupostos são distintos, estudiosos, cientes de tal diferença e sabedores de que o que se “compartilha” são pressupostos bastante genéricos, estão apostando na idéia de modelos científicos poderem oferecer regras metodológicas e conter, cada um deles, um núcleo ao redor do qual têm sido propostas e reformuladas hipóteses com base em textos empíricos. Essa possibilidade viabiliza uma maneira natural de evolução na ciência da linguagem, mas nem por isso com menos cientificidade, conforme sugere a citação de Newmeyer:

“There are times when two or more research traditions, far from mutually undermining one another, can be amalgamated, producing a synthesis, which is progressive with respect to both the former research traditions”.

(1992, p. 756)

## Episódio II- A Ameaça Fantasma: Sociolinguística e Teoria Gerativa

Dillinger (1991) observa que foi no contexto filosófico positivista que a diferença entre forma e função se efetivou. Fazer a divisão entre observável e não-observável, segundo o autor, conferia à lingüística uma parte de seu *status* de ciência, a outra parte desse *status* era proveniente de uma autonomia das outras ciências. E a lingüística, para ser ciência, precisaria ter um objeto e métodos diferentes das outras ciências. A retrospectiva demonstra em que contexto *formalismo* designou o estudo da forma lingüística, motivo por que, para ele, o termo não demonstra clareza em relação ao estudo que privilegia o dispositivo lógico-matemático, causando confusão nos métodos de Chomsky. Afirma que Chomsky não oferece uma teoria formalista - embora a prática seja formalista - já que prevê módulos da teoria da linguagem dedicados ao significado e ao uso contextualizado dos conhecimentos de determinada língua.

Sobre o papel do contexto e da cultura na sua teoria, Chomsky (1998:61) explica: “...a cultura e o contexto entram na medida em que você tenta construir um entendimento mais completo de como é a vida humana. Essas abordagens não estão em conflito: uma apóia a outra.”. Ao mesmo tempo em que Chomsky reconhece a importância de teorias do uso e do significado para uma teoria da linguagem, parece

acreditar que a melhor estratégia é estudar as características estruturais das línguas, para depois relacioná-las ao significado e ao seu uso, é o que pensa Dillinger.

A observação de Dillinger pode ser confirmada em outro texto recente, no qual Chomsky (1997) faz revisão histórica da construção teórica na lingüística moderna e postula: "... temos algum tipo de noção de estrutura em nossas mentes e gostaríamos de saber qual é a natureza dessa noção de estrutura, qual a sua origem, como ela chegou lá, e o que é (...). Essa noção de estrutura nos permite criar 'expressões livres'. Elas não são determinadas pelo nosso estado interior nem pelo nosso ambiente externo. Elas são, sem dúvida, influenciadas pelo nosso estado interior *e pelo meio externo*, mas não forçadas por ele. De alguma maneira fazemos uma escolha dentro daquele espectro" (op. cit.). Essa não-determinação pelo meio externo e a admissão de uma influência exercida por ele mostram, claramente, que o interesse de Chomsky é pela noção de estrutura como objeto. No entanto, não descartar a influência do meio pode ser uma maneira de admiti-la sob outra perspectiva, embora não compatível com sua visão de ciência natural. Assim, esse aspecto deveria ser estudado pelas ciências humanas, pois, na visão de Chomsky, "O que as ciências estudam são os mecanismos interiores, as estruturas ocultas, que explicam alguns dos fenômenos observados (...)" e "fenômenos observáveis na sua maioria são inúteis". (cf. Chomsky, op.cit, p. 135)

Vemos, na posição de Chomsky, uma opção, uma preferência pela estrutura do objeto. Afinal, o próprio autor alega que temos dificuldade em abordar a nós mesmos como coisas do mundo natural. E justifica: "O fato de que as pessoas acreditam que há conflito entre estudar a natureza biológica da linguagem e estudar o contexto e a cultura é um reflexo dessa irracionalidade (...) pensa-se freqüentemente assim, que há conflito. Mas não há nenhum. Esses estudos se enriquecem reciprocamente. E uma pesquisa séria numa dessas áreas tira conclusões a partir de outras." As palavras do autor levam a crer que, algumas vezes, suas teorias e programas são interpretados inadequadamente (é o caso da tese de autonomia, da qual trataremos mais adiante). O que não quer dizer que não possamos discordar dele, como o fez Dillinger argumentando:

Não há razão para começar com as características estruturais e a partir delas estudar o significado e o uso, assim como não há razão para adotar estratégia contrária. A decisão se faz com base na intuição de cada pesquisador de qual opção será mais profícua".

(op.cit., p. 399)



E por acreditar que qualquer das duas abordagens a que o pesquisador recorrerá, ao fazer sua opção, não está livre de ser indefectível, Dillinger chega à seguinte conclusão: “... da mesma maneira que *formalismo* não distingue claramente entre o estudo da forma lingüística e o uso de dispositivos lógicos, *funcionalismo* não identifica claramente quais funções ou relações serão objeto de estudo” (op.cit., p. 399). A falta de clareza detectada por ele, nas duas abordagens, completa-se com um comentário feito por Rajagopalan (op. cit., p. 26), “o campo terminológico nos dois pensamentos é minado”, demonstrando que os problemas não estão limitados somente a funções e relações, o que viabiliza a idéia de conversação, com possibilidade de surgimento de uma nova opção. Contudo, se irão complementar aspectos uma da outra, somente o debate efetivo irá dizer. O que realmente importa são os benefícios que o *diálogo* entre os dois pensamentos pode trazer à teoria da linguagem.

É importante retomarmos a idéia de que, qualquer que seja a opção do estudioso, ela terá sido, como as teorias lingüísticas, motivada ideologicamente. Esse é o ponto central em que se apóia Borges (1989, p. 63) para afirmar: “... a busca de parâmetros que orientem a “convivência”, as “reaproximações” entre teorias lingüísticas deverá levar em consideração a natureza ideológica (sistema de idéias, concepção) das teorias...”, e o próprio autor, em seguida, acrescenta: “Nem todas as aproximações, no entanto, serão inviáveis”. Eis o ponto: estariam todos os estudiosos preocupados estritamente com a questão ideológica como ponto central ao fazerem sua opção? Não cremos! E, novamente, impõe-se a importância do *diálogo* entre teorias, pois não sendo todas as aproximações viáveis, é a conversação, entre elas, através das tentativas metodológicas, que irá dizer quais caminhos devem ser evitados e quais devem ser seguidos, com o propósito de melhor responder às indagações a respeito do conhecimento lingüístico.

Hoje, tudo indica que a posição de Borges (op.cit.) já não se sustenta na sua totalidade, pois pesquisas vêm surgindo para demonstrar o contrário. Há, por exemplo, quem defenda que “... a abordagem mais sensata teria que levar em conta tanto aspectos formais como funcionais” (Rajagopalan, op. cit, p. 18), ou quem argumente que “A língua é significante e significado, dos dois lados da mesma moeda. O ponto de partida metodológico não importa. Fica ao gosto de cada um.”(Kato, op.cit, p. 165).

Mesmo havendo posições como essas, surgem as classificações preconceituosas das áreas da lingüística, rotuladas de ciência de “centro” e de “periferia”. Uma interpretação de Oliveira (1987, p. 20) sobre o comportamento dos partidários das duas teorias é oportuna por traduzir como são manifestados os pensa-

mentos de ambos os lados: “O que você faz é ficção científica”, “Sua análise não tem compromisso com a realidade!”, “O que você faz é contar boi na praça”, “O que nos interessa é a gramática e não o dado”.

A comunidade lingüística tem conhecimento de tais atitudes, mas não acreditamos que elas sejam generalizadas, não cremos na total inexistência de atitudes altruístas, pois, no meio acadêmico, ainda sobressaem estudiosos preocupados, entre outros aspectos que envolvem a Academia, com o saber lingüístico propriamente dito, e pouco interessados nas desconcertantes disputas pelo poder político e interesse no prestígio que envolve esse mesmo saber. Seria ingênuo negar esse poder que se soma ao conhecimento, no entanto, somos partidários de que há outras maneiras bem mais sensatas de fazer uso dele.

Parece natural que, se tomarmos literalmente a perspectiva formal e a funcional, à primeira vista, não há condições de *diálogo* entre elas. Basta retomar as diferenças levantadas por Kato (op. cit., p. 146): “a) ao vocabulário descritivo que postulamos como primitivos, isto é, às categorias formais para a primeira e às semântico/pragmáticas para a segunda; b) à forma da língua como sendo determinada pelo seu uso, postulado assumido pelos funcionalistas, mas negado pelos formalistas até o minimalismo”. Soma-se a essas, o fato de que, na gramática gerativa, os princípios são tomados como evidência da hipótese do inatismo e, na Sociolingüística, são tomados como evidência do interacionismo. Chomsky, contudo, ressalta que mesmo os estudos que consideram a linguagem como fenômeno social poderiam usufruir dos avanços da gramática gerativa. Percebe-se, novamente, espaço para *diálogo*, independentemente de esse tipo de fenômeno não ser o interesse central de sua concepção lingüística:

“ It is difficult to imagine how much such [ social studies] might fruitfully progress without taking into account the real properties of mind that enter into acquisition of language.”

(Chomsky, 1986, p. 18)

Considerando que a Sociolingüística Quantitativa investiga a correlação entre linguagem e sociedade, as considerações parecem procedentes, uma vez que essa ciência determina como tarefa a busca de universais, a definição sobre quais mudanças são possíveis e, ainda, a busca de princípios que orientam as mudanças em geral. Parece certo que a obtenção dessas respostas depende de levar em conta as propriedades da mente, integradas a uma teoria do uso.

Conforme Ramos (1992), os pressupostos da Sociolinguística Quantitativa podem ser resumidos da seguinte maneira: a) a heterogeneidade da língua em situações reais de uso é estruturada, b) a linguagem, tal como se apresenta em situações reais de uso, pode ser objeto de investigação. A própria mudança é vista como evidência de que a heterogeneidade de língua não é algo caótico. Diz a autora que, em fase mais recente, observa-se uma ênfase na investigação da força dos fatores internos para explicar as mudanças, objetivando buscar princípios que expliquem a uniformidade entre variação e mudança, entre sincronia e diacronia. Desse modo, a mudança sintática torna-se objeto de interesse da Sociolinguística.

A mesma autora acredita ser possível ver uma coincidência parcial de enfoque entre as duas teorias: a gramática gerativa trata a mudança como um processo gramatical (sintático), por isso nem toda mudança interessaria à Gramática Gerativa; já a Sociolinguística Quantitativa, por tratar a mudança não apenas como resultado de fatores lingüísticos gramaticais, interessar-se-ia por qualquer tipo de mudança. Assim, enquanto a primeira se preocupa com alterações gramaticais (o que se modificou na gramática), a segunda preocupa-se em descrever que fatores externos propiciam a presença de uma nova forma lingüística, e qual a pressão social, funcional e “mecânica” sobre a frequência das diferentes formas, buscando apontar os fatores internos e sua força de atuação.

Não admitir a veracidade dessa construção conjunta, decorrente do diálogo, é como coibir o direito a outras opções de pesquisa. Ora, não é no meio acadêmico onde mais se discursa sobre a liberdade de expressão e de ação? Ao que parece, a tal liberdade ligada ao fazer científico tem encontrado muitas barreiras, pelo fato de limitar-se aos discursos. Se no próprio meio acadêmico não se efetiva a perspectiva de “consenso”, o *diálogo* assume a condição de *ameaça-fantasma* aos pensadores que acreditam que, entre teorias, só pode haver embates. Ainda bem que o debruçar-se de alguns estudiosos sobre seus trabalhos está acima dessas condições intransigentes. Vale a pena trazer à tona um ditado popular: “Enquanto os cães ladram a caravana passa” e tomamos a liberdade de completá-lo,... e *chegam a seus destinos*, sem subordinar-se aos obstáculos, quer ontológicos, ideológicos, epistemológicos, metodológicos ou político- sociais. É o que veremos a seguir.

### Episódio III- Uma Nova esperança : Forma e função (limites ou integração?)

Neste item apresentaremos alguns trabalhos que concretizaram a conversação teórico-metodológica entre modelos diferentes e, em conseqüência, testemunham a conjectura de *diálogo*.

#### 3.1. Funcionalismo/Gramática e Gramática Gerativa

Não vemos como falar em funcionalismo sem manifestar interesse pela mais nova proposta de um de seus principais representantes - Givón (1995). Já no início da obra *Funcionalism and Grammar*, o autor apresenta uma análise histórico-crítica da base funcionalista, demonstrando ser tautológico considerar correlatas estrutura e função pois ora a abordagem será mais estrutural, ora mais funcional, devendo-se, então, evitar a rejeição à estrutura formal.

Votre e Oliveira (1997), ao resenharem a mesma obra, acreditam que nela estão as bases de uma teoria mais madura e reflexiva, "... o funcionalismo dos anos 90 passa por refinamento, em que se redimensionam seu paradigma teórico e suas metas empíricas" (op. cit., p. 331). Argumentam que Givón leva a sério a estrutura formal naquilo que ela possui de arbitrário e fixo; relativiza a extensão e a generalização dos chamados universais lingüísticos ao propor a diversidade tipológica na manifestação dos mesmos; enfatiza a dicotomia reducionista *indução x dedução* que polariza, limita e deturpa, e propõe um terceiro viés metodológico - a *intuição*, ou analogia abdutiva. Ao mesmo tempo, propõe rejeição ao autoritarismo estrito das correntes lingüísticas e a adoção da diversidade teórica e metodológica. Exemplos ilustrativos são, segundo os autores, os capítulos oito e nove. No entanto, no primeiro – *Chegando a um acordo sobre cognição* – uma das sugestões é partir do nível do texto para chegar ao nível da mente, contrariando a ortodoxia inicial; no segundo – *Co-evolução da linguagem, da mente e do cérebro* – Givón sustenta a tese de que o aparato neurológico específico para o processamento da linguagem humana é um desenvolvimento evolucionário do sistema de processamento de informação visual. O processo supõe a passagem de um sistema mais natural, icônico, para um sistema mais arbitrário, simbólico.

As reavaliações de Givón estabelecem um novo tipo de perspectiva entre forma e função, ou melhor, entre funcionalismo e gramática. Quando o valor de um para um entre elas passa a ser coisa do passado, já não há mais total motivação icônica; a estrutura formal assume uma nova posição no funcionalismo e se preocupa com os

resultados enganosos da teoria funcionalista, por não admitir pressões estruturais, ao buscar definições redundantes e por não levar em conta os avanços da psicologia cognitiva e da neurociência. A breve passagem pelas recentes propostas de Givón nos estimula a continuar o revigoramento com uma afirmação de Kato (1998:150) “... não resta dúvida de que a perspectiva funcionalista que estuda o sistema - I é, hoje, junto com a pesquisa gerativista, uma área fascinante de pesquisas teóricas e experimentais sobre a mente humana”.

Antecede esse comentário, um alerta da autora sobre a importância de compreender funcionalismo nas suas diversas perspectivas. No seu entender de gerativista, Kato vê um funcionalismo direcionado a um modelo abstrato de uso de língua e um funcionalismo direcionado à língua, tal como ela se manifesta em seu uso. Assim, acredita que na visão funcionalista temos os correlatos da Língua-I e da Língua-E de Chomsky (1986), sendo, a primeira, representação da competência sintática do falante e, a segunda, objeto gramatical externo, observável. A autora acrescenta que a diferença está no fato de que na visão I (interna, individual, intensional) do funcionalista, o que se estuda são os processos mentais que entram em jogo no uso da língua e não apenas o conhecimento estrutural dos enunciados, e na visão-E (externa, extensional) o que se leva em conta é a Língua-E em contexto

Na verdade, na perspectiva funcionalista não se considera que uma estrutura seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão lingüística; entende-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis, e estatuto dentro da situação de interação determinada, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico. Para Kato, isso não significa que os funcionalistas não se preocupam em construir modelos de uso, pois, segundo a autora, “...qualquer manifestação de interesse com universais translingüísticos parece levantar questões sobre a processabilidade da linguagem e a interação de operações na mente humana”. (op.cit., p.147)

Ao adentrar a abordagem psicolingüística, Kato faz uma retrospectiva tendo comentário sobre o trabalho de vários autores como Bever (1970), Kuno (1974), Clark e Clark (1977) etc., segundo a autora, todos eles funcionalistas que admitem a língua como um objeto estrutural. Observa, após essa retrospectiva, que a reflexão funcionalista pode ir além da explicação das formas usadas e prever comportamento. São explicações que procuram justificar o porquê dos princípios formais e acabam por minimizar a dicotomia entre competência e performance, atribuindo um valor psicológico (de processamento) à própria gramática formal.

Apesar de a autora ver consenso entre formalismo e funcionalismo em torno de funções gramaticais ligadas à semântica (agente, paciente, locativo ...) e a funções discursivo-textuais (tópico, foco, figura/fundo), selecionamos um exemplo sintático para ilustrar como Kato (op. cit.) faz a conversação entre as duas abordagens, ao falar sobre *Funcionalismos à procura da variação translingüística possível*. O exemplo surge de sua reflexão sobre a função gramatical baseada em uma das generalizações translingüísticas de Greenberg (1966), (Kato, op. cit., p. 151), afirmando que tanto formalistas quanto funcionalistas vêm empenhando-se em explicar os universais indutivos desse autor. Ele parte do Universal I, no qual o autor generaliza que, em sentenças declarativas, com sujeito e objetos nominais, a ordem dominante é aquela em que o sujeito precede o objeto. Para a autora, portanto, a ordem canônica no nível das funções gramaticais seria:

$S$  (sujeito)  $> O$  (objeto).

Para o funcionalista, diz ela, a explicação dessa ordem estaria no fato de o sujeito ser freqüentemente o tópico não-marcado da sentença. Porém, ressalta que há outras funções como *OI* (objeto indireto) e adjuntos adverbiais, e levanta a questão "...até que ponto, para o problema de sua linearização, tais funções têm explicações de ordem funcional" (op. cit. p. 151). Em sua concepção pode-se propor que a ordem preferencial nas línguas seja:

$O$  (objeto)  $> OI$  (objeto indireto)

Ou, sujeito antes do objeto direto e este antes do objeto indireto, tal ordem determinada pelo princípio de constituintes mais complexos ocuparem a periferia direita da sentença. Mas registra que essa afirmação esbarra com línguas *SOV*, em que o mais natural parece ser:

$S$  (sujeito)  $> OI$  (objeto indireto)  $> O$  (objeto direto)

Isso leva Kato (op.cit.) a reformular a asserção, dizendo: "*OD* aparece mais próximo do *V* do que *OI*". Acrescenta que essa afirmação parece dizer a mesma coisa que o princípio da adjacência de caso gerativista de Stowell (1981), para quem atribuidor de caso e receptor devem ser canonicamente adjacentes. Se *OD* tem caso atribuído pelo verbo deverá estar adjacente a este. O japonês, porém, tem o caso do objeto atribuído pela posposição *-o*, o que o coloca em igualdade com o *OI*, em termos de restrições formais, parece, a posposição, ser mais motivada translingüísticamente.

### 3.2. Iconicidade e gramática Gerativa

Newmeyer (1992), em *Iconicity and Generative Grammar*, descreve a tese da autonomia como um conjunto de derivados gramaticais primitivos não-semânticos e não-discursivos, onde os princípios de combinação não fazem referência ao sistema de fatores externos. Há, desse modo, um componente lingüístico separado do nosso conhecimento, a gramática, não-reduzível a outras formas de conhecimento. São categorias (N, NP, S, Aux) e relações estruturais ('dominate', 'c-comand' etc).

E, então, o autor pergunta: por que a tese da autonomia deveria ser percebida como incompatível com a explicação funcional em geral e com iconicidade em particular? Segundo ele, esta é uma percepção que parece ter surgido do seguinte raciocínio: os gerativistas, que acreditam poder a linguagem ser explicada inteiramente em termos gramaticais, ou em termos de conhecimento gramatical inato ou, ainda, em termos de princípios gramaticais não-reduzíveis a princípios extragramaticais, negam ou ignoram o fato demonstrável de que muitas características têm uma explicação funcional. Além disso, o princípio autônomo, *per se*, que tem por definição: propriedades de uma gramática mental sincrônica -, é incapaz de emitir alguma luz sobre como as gramáticas mudam através do tempo. Considera, portanto, a gramática gerativa como uma teoria inadequada de linguagem.

Para Newmeyer, as três premissas conclusivas estão incorretas. A visão de que somente a formulação de princípio gramatical sozinho é tarefa suficiente para a lingüística "nunca foi pretensão de nenhuma gramática gerativa" (op.cit., p. 783). No entanto, a gramática autônoma tem sido sempre entendida como único componente de uma teoria compreensiva de linguagem. Mas acrescenta que, mesmo nas primeiras formulações dessa teoria, Chomsky alude a princípios extragramaticais do discurso envolvido no uso da linguagem. Em *Syntactic Structures* ele levanta a questão:

"How are the syntactic devices available in a given language put to work in the actual use of this language?"

(Chomsky, cf. Newmeyer, op.cit.,783)

Outro fato registrado pelo autor é o de que Chomsky (1965), *Aspects*, endossou a apropriação de um princípio de Grice para interpretar expressões unidas. Newmeyer reforça que a gramática gerativa, provavelmente, tem pouco a contribuir para a explicação de quais princípios do discurso tornam-se gramaticalizados, e considera esta a razão por que Chomsky sugere que uma teoria dirigida a esse fenômeno seja utilizada. Para Newmeyer, está fora de questão o fato de que a grande massa de

escritores gerativistas tem focado as propriedades da gramática autônoma (o que pode ter provocado a comum mas falsa interpretação da tese da autonomia). Argumenta que os teóricos dessa abordagem nunca perderam de vista que a gramática pode ser situada dentro de uma abordagem mais compreensiva de linguagem. Podemos, então, inferir, desse ponto de vista, que a autonomia não é incompatível com a explicação funcional.

Quanto à subjacência, acredita Newmeyer que tenha surgido para satisfazer a necessidade de processamento da linguagem e, talvez, alguma sintaxe particular não admita tal fato. Cita Berwick e Weinberg (1984) como oponentes da tese da autonomia, mas é da opinião de que o fato não deve ser usado para questioná-la, visto que a subjacência da forma como existe, hoje, é aceitável corretamente mais como gramatical do que como princípio de processamento.

Logo, este não é o motivo para que o princípio gramatical da autonomia deixe de ter sua parte na explicação no curso da mudança lingüística. Newmeyer ilustra essa possibilidade com Roberts (1985) e Lightfoot (1991). Enquanto é clara a complexidade de fatores envolvidos em mudança de linguagem, é igualmente claro que promissoras linhas da corrente de pesquisa em lingüística histórica estão fazendo uso dos princípios da gramática autônoma. Para o autor o fato de a gramática sincrônica consistir, em parte, de princípios do discurso gramaticalizado não fornece suporte para a gramática gerativa, o que, na opinião do autor, não chega a ser uma ameaça para qualquer uma das duas.

Em síntese, a tese da autonomia da gramática gerativa mantém que, na condição de sistema sincrônico, os princípios gramaticais não são substituíveis pelo princípio discursivo, embora este seja capaz de exercer um efeito sobre o precedente, o qual poderia levar em direção a um novo sistema sincrônico. Newmeyer faz uma analogia com o jogo de xadrez, dizendo que assim como não há nada interno para a estrutura do jogo de xadrez que pode predizer como as regras do jogo têm condições de mudar, não há necessidade de que algum fator interno da gramática autônoma seja responsável por predizer alguma dada instância de mudança gramatical.

Conclui o autor que, se a pressão funcional tem envolvido sintaxe e semântica em algum tipo particular de alinhamento, ou se algum padrão discursivo se gramaticalizou, esses em si mesmos não têm relação, ou seja, não são relevantes para a correção da tese da autonomia. Para mudar a tese da autonomia, haveria necessidade de mostrar que, como resultado desta (e outra) pressão, a sintaxe determinou a função como um sistema onde categorias e princípios ficam, efetivamente, sem referência para o significado ou para o discurso.



### 3.3. Sociolinguística Variacionista e Gramática Gerativa

Em sua tese sobre marcação preposicional de complementos verbais no Português do Brasil, Ramos (1992) identificou, descreveu e justificou as condições em que a preposição *a* ocorre sob os dois quadros teóricos: gramática gerativa e sociolinguística variacionista. Sua opção pela Gramática gerativa é justificada pelo avanço que a teoria alcançou, o que resultou na formulação de um conceito de “variação” capaz de descrever a variação sincrônica inter-lingüística e a variação diacrônica intra-lingüística como alterações decorrentes dos mesmos princípios gerais. A aceitação dessas descrições constitui, em sua visão, um elo entre as duas teorias.

Sendo diferente o núcleo de cada modelo, Ramos (op. cit.) procurou identificar etapas como critério no tratamento do objeto de estudo: a) formulação ou descrição dos dados em termos de categorias sintáticas; b) as informações obtidas através da investigação da presença destas propriedades nas diferentes línguas, o que permite a descrição de diferentes construções e classes de fenômenos, comparação de línguas diferentes e de estágios diferentes de uma mesma língua.

Enquanto o propósito de Kato (1998), ao buscar nos resultados de análises variacionistas tais informações, foi explicitar um ponto de interesse comum entre as duas abordagens, isto é, a utilização da descrição do perfil de uma mudança como fonte de evidência empírica, Chomsky (1986), ao listar as fontes de evidência empírica para estudo da Língua - I, inclui os dados da mudança lingüística, como mostra a citação:

“In principle evidence concerning the character of the I-language and initial state could come from many different sources apart from judgments concerning the form and meaning of expressions: perceptual experiments, the study of acquisition and deficit or of partially invented languages such as creoles, or of literary usage or language change, neurology, biochemistry.”

(Chomsky, 1986 a, p. 37)

A inclusão da mudança lingüística no conjunto acima implica reconhecer como legítimos os dados não conjugados ao julgamento do falante e, também, exige rever o próprio estatuto dessa fonte de evidência empírica.

O que fez Ramos senão aplicar a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais duas teorias assimiladas pela experiência, apresentando através da

investigação teórico-prática uma nova alternativa para a compreensão de fenômenos linguísticos relacionados à mudança? Em todo desenvolvimento de seu trabalho, percebemos uma demonstração ímpar dos limites que ainda exigem reflexões para que haja, nos termos dela, “interdisciplinaridade” entre as duas teorias. Fica, portanto, evidente que a autora reconhece as regras do “jogo” e joga nos seus limites.

## Conclusão

Os leitores mais versados em episódios galáticos devem estar sentindo falta do episódio “O Império contra-ataca”. Nesta saga, tal episódio tornou-se inapropriado à proposta inicial de demonstrar a possibilidade de assentimento, através do *diálogo*, entre teorias diferentes. O próprio diálogo pressupõe a inte(r)atividade e não o domínio de uma sobre a outra.

Esse pensamento justifica nosso ponto de partida, *retorno à epistemologia*, para pontuar um fazer científico, o qual acreditamos realizar-se em um movimento conseguido pelos ganhos de experiência adquiridos numa coletividade de pensamento, como definiu Fleck. Esse fazer científico possui, hoje, uma parcela significativa de pesquisadores fazendo das experiências adquiridas de ambas as teorias suporte para análise e descrição de seus dados. Além disso, estão confiantes de que essa conversação científica poderá contribuir para uma melhor compreensão da ciência da linguagem, sem a pretensão de redução de uma teoria à outra, ou crença no fato de que as motivações ideológicas e metodológicas sejam as mesmas, mas no fato de que nenhuma delas encerra em si mesma uma completude capaz de dar-lhe autoridade suficiente para tornar-se inconteste.

Supomos que ser adepto e radicalmente fiel a um dogma torna qualquer eventual alternativa uma *ameaça fantasma*. A ameaça é invocada, porque lançar mão de princípios existentes, e deles fazer surgir novos aparatos explicativos, implica rever a posição dos princípios já existentes. Além do mais, remexe em questões de ordem econômico-social (como a luta por verbas) ligadas à organização social da comunidade dos linguistas. Na visão de Rajagopalan (op. cit.), é no plano político que a disputa *forma vs função* adquire sua verdadeira importância, conseqüentemente, gerando desconforto o fato de não se poder determinar de antemão o que virá em seguida. Isso implica dizer que não há incompatibilidade teórica entre formalismo e funcionalismo.

De qualquer forma, instalou-se uma *nova esperança*, confirmada pelas re-

visões funcionalistas de Givón, pela convicção de Kato dos benefícios desse “casamento” entre funcionalistas e gerativistas, tanto que ela convida ao surgimento de outros consórcios. Ainda, com Newmeyer e sua conclusão de que é possível compatibilizar a tese da autonomia e a explicação funcional, podemos somar, a esses trabalhos, a tese de Ramos definindo condições de análise por meio de teorias, até então, julgadas incompatíveis.

Dessas considerações poderia surgir a idéia de que estamos almejando equilíbrio entre polaridades, o que não é verdade. Mesmo porque, a permanência da dualidade sempre será, mais ou menos, evidente. A dualidade tem sua parcela de contribuição nesse diálogo. Não concebemos a evolução científica como monológica. Recorremos, para justificar nosso ponto de vista, a Pires de Oliveira (op.cit., p. 15) quando diz: “O conhecimento em si mesmo parcial e fragmentado se constrói na conversa propiciada pela diversidade de abordagens”, tanto é que a realidade prática tem demonstrado que é perfeitamente possível a conversação no limite da diferença. Este fato não é exclusividade da ciência da linguagem, atingindo todos os campos do conhecimento humano.

Das reflexões realizadas emergiu uma questão: – Estaria nascendo um novo paradigma? Acreditamos que ainda é cedo para afirmar, mas de um fato estamos certos: já não podemos omitir a concretização do *diálogo* entre formalismo e funcionalismo que, sem dúvida, além de favorecer as áreas da lingüística dando-lhes uma visão mais completa do objeto recortado para fins de análise, prenuncia algo que poderá ser a resposta para a questão acima. Afinal, esta *saga* não está concluída.

## Bibliografia

APRESJAN, J.U.D.(1980) Modelos lingüísticos. *In Idéias e Métodos da Lingüística Estrutural Contemporânea*. São Paulo, Cultura.

BORGES NETO, J.(1987) Lingüístas ou Camaleões? Uma resposta a Tarallo. *DE.L.T.A*, vol. 3, n. 1, (85-95).

\_\_\_\_\_ (1989) A incomensurabilidade e a “compatibilização” de teorias. *Letras* n.38, (43-66).

\_\_\_\_\_ (1991) A Incomensurabilidade e o relativismo Lingüístico. *ABRALIN*, n. 12 (75-83).

CAMACHO, R.G.(1994) O papel do contexto social na teoria lingüística. *Alfa*, n.38 (19-36).

- CHOMSKY, N. (1986) *Barriers*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- \_\_\_\_\_ (1997) Conhecimento da História e Construção Teórica na Linguística Moderna. *D.E.L.T.A*, vol. 13, n. Especial, (129-152).
- \_\_\_\_\_ (1998) *Linguagem e Mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Trad. Lobato, Lúcia. Brasília, UNB.
- DILLINGER, M. (1991) Forma e Função na Linguística. *D.E.L.T.A*, vol. 7, n. 1, (395-407).
- FEYERABEND, P. (1977) *Contra o Método*. Rio, Francisco Alves.
- GIVÓN, T. (1995) *Funcionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- ILARI, R. e R. PIRES DE OLIVEIRA. (1991) Considerações lingüísticas sobre a gênese e o desenvolvimento de um fato científico: uma leitura semântica de Ludwig Fleck. Boletim da *ABRALIN*, n.12, (85-108).
- KATO, Mary A. (1998) Formas de Funcionalismo na Sintaxe. *D.E.L.T.A*, vol. 14, n. Especial, (145-168).
- NASCIMENTO, M. (1990) Teoria Gramatical e Mecanismos funcionais do Uso da Língua. *D.E.L.T.A*, vol. 6, n. 1, (83-89).
- LAKATOS, I. (1978) The Methodology of scientific research programmes. *Philosophical Papers*, vol. 1. Cambridge University Press.
- KUHN, T. (1975) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva.
- NEVES, M.H.M. (1994) Uma visão Geral da Gramática funcional. *ALFA*, vol. 38, (109-127).
- NEUMEYER, Frederick. J. (1992) Iconicity and Generative Grammar. *Language*, vol. 4, (757-796).
- OLIVEIRA, M.A. (1987) Variável Lingüística: Conceituação, Problemas de Descrição Gramatical e Implicações para a Construção de uma Teoria Gramatical. *D.E.L.T.A*, vol. 3, n.1, (19-34).
- PIRES DE OLIVEIRA (1999) Uma História de Delimitações Teóricas: Trinta anos de Semântica no Brasil. (no prelo)
- RAJAGOPALAN, K. (1997) Formalismo vs Funcionalismo: Sobre as Premissas Ocultas dessa Polêmica. *Anais I Encontro CELSUL*, (25-33).
- RAMOS, J. (1992) Marcação de caso e mudança sintática no Português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista. Unicamp (não publicada).
- SAUSSURE, F. (1970) Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, [original, 1916]
- VOTRE, S.J. e NARO. A. (1989) Mecanismos Funcionais do Uso da Língua. *D.E.L.T.A*, vol. 6, n. 2, (51-61).

VOTRE, S.J. e OLIVEIRA, M. R. (1997) Resenha - Funcionalism and Grammar-Givón (1995). *D.E.L.T.A.*, vol. 13, n. 2, (331-340).

TARALLO, F. (1986) Zelig: um camaleão-lingüísta. *D.E.L.T.A.*, vol.2, n. 1, (127-144).

